



PARTE J1

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.

Aviso n.º 13117/2010

Nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, faz-se público que, por deliberação de 18 de Março de 2010 do Conselho Directivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia útil seguinte à data da publicação na Bolsa de Emprego Público (BEP), o procedimento concursal com vista ao recrutamento de Coordenador de Núcleo de Veículos e Condutores, da Direcção Regional de Mobilidade e Transportes do Alentejo, cargo de direcção intermédia de 3.º grau, conforme Despacho n.º 507/2010, publicado no *Diário da República*, n.º 5, 2.ª série, de 8 de Janeiro.

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação.

16 de Junho de 2010. — O Vogal do Conselho Directivo, *Jorge Batista e Silva*.

203412598

Aviso n.º 13118/2010

Nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, faz-se público que, por deliberação de 18 de Março de 2010 do Conselho Directivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia útil seguinte à data da publicação na Bolsa de Emprego

Público (BEP), o procedimento concursal com vista ao recrutamento de Director de Serviços para a Direcção de Serviços de Administração de Recursos, cargo de direcção intermédia de 1.º grau, conforme Despacho n.º 507/2010, publicado no *Diário da República*, n.º 5, 2.ª série, de 8 de Janeiro.

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação.

16 de Junho de 2010. — O Vogal do Conselho Directivo, *Jorge Batista e Silva*.

203412492

MUNICÍPIO DE ALMADA

Aviso (extracto) n.º 13119/2010

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15-01, na redacção dada pelas Leis n.º 51/2005, de 30-08 e n.º 64-A/2008, de 31-12, aplicada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20-04, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 07-06, torna-se público que, por Despacho proferido pela Sr.ª Presidente desta Câmara Municipal em 28-05-2010, foi autorizada a abertura de procedimento concursal para nomeação, em regime de comissão de serviço, no cargo de Direcção Intermédia de 2.º grau — Chefe da Divisão Municipal de Gestão Aplicacional.

A divulgação na Bolsa de Emprego Público ocorrerá no dia seguinte ao da publicação do presente aviso, aceitando-se candidaturas no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir dessa data.

Este procedimento foi precedido de publicitação nos Jornais “Correio da Manhã”, “Diário de Notícias” e “Público” respectivamente de 08, 09 e 10-06-2010.

11-06-2010. — O Vereador dos Serviços Municipais de Recursos Humanos e Saúde Ocupacional, *Dr. José Manuel Raposo Gonçalves*.
303390906



PARTE J3

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público

Aviso n.º 13120/2010

Acordo Colectivo de Carreiras Gerais (ACCG) — ACT 1/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188 — Parte J3, de 28 de Setembro de 2009 — Constituição da Comissão Paritária

Em cumprimento do estipulado no n.º 2 da Cláusula 21.ª do ACCG acima identificado, foi constituída pelas entidades outorgantes uma comissão paritária, com a seguinte composição:

Em representação das entidades empregadoras públicas:

Maria do Rosário Gomes da Silva Branco Raposo

António José da Mata Simões
Inês Pacheco Ramires Ferreira
Adérito Duarte Simões Tostão
Paulo Manuel Múrias Bessone Mauritti
Vera Lúcia de Matos Ferreira Chalaça Tavares de Almeida

Em representação das associações sindicais outorgantes:

Maria Helena Rodrigues
Jorge Alves Pereira
Leodolfo Bettencourt Picanço
Jorge Manuel Soares Nobre dos Santos
Manuel José Sousa Santos Frade
José Joaquim Abraão

15 de Junho de 2010. — A Directora-Geral, *Carolina Ferra*.

203411999